

“Salve-se quem puder”: dilemas de estudantes das universidades federais de Mato Grosso do Sul em tempo de pandemia

ESMAEL ALVES DE OLIVEIRA

Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
esmael_oliveira@live.com

GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
grpasamani@gmail.com

MARCELO VICTOR DA ROSA

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
marcelo.rosa@ufms.br

TIAGO DUQUE

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
duque.hua@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp65-74

resumo Neste ensaio refletimos sobre os efeitos sociais da covid-19 com enfoque na realidade vivenciada por estudantes de Universidades federais localizadas no Mato Grosso do Sul: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Considerando que dentre as medidas inicialmente adotadas estiveram a escolha pelo trabalho remoto por meio de estudos dirigidos com a utilização de tecnologias digitais, há que se ponderar: em que medida tais iniciativas incidem diretamente no acesso e permanência de estudantes socialmente vulneráveis? A partir disso é possível pensar sobre os limites e contradições das políticas e modelos de intervenção que desconsideram diferenças socialmente existentes e que, quando não democraticamente amadurecidas, tendem a ser tão perigosas quanto à própria pandemia ao se constituírem como mecanismos sutis e perversos de exclusão.

palavras-chave Covid-19; Biopolítica; Estudantes; Mato Grosso do Sul

"Run for your lives": dilemmas of federal university students from Mato Grosso do Sul during pandemic times

abstract This essay will analyze the social effects of covid-19, focusing about the reality lived by the students from the federal universities situated in Mato Grosso do Sul: Mato Grosso do Sul's Federal University (so-called UFMS in Portuguese) and Grande Dourados' Federal University (so-called UFGD in Portuguese). Considering the initially measures taken like the option for the remote work, by directed studies, with the updating of digital platforms, we have to thinking about how these measures affect directly social weak students' access and stay in college. By this regard, it's possible to think on the limits and contradictions of the policies that don't consider the social variations and, when they are not taken to the democratic debate, they tend to be as dangerous as the pandemic itself, becoming a subtle and perv engine of exclusion.

keywords Covid-19; Biopolitics; College Students; Mato Grosso do Sul.

"Sálvese quien pueda": dilemas de estudiantes de las universidades federales de Mato Grosso do Sul en tiempo pandémico

resumen En este ensayo, enfocamos nuestra reflexión en los efectos sociales de covid-19 enfocándonos en la realidad experimentada por estudiantes de Universidades nacionales ubicadas en Mato Grosso do Sul: la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) y la Universidad Federal de Grande Dourados (UFGD). Al considerar que entre las medidas inicialmente adoptadas se encontraba la opción de trabajo remoto, a través de estudios específicos, con el uso de plataformas digitales, es necesario considerar en qué medida estas iniciativas afectan directamente el acceso y la permanencia de los estudiantes socialmente vulnerables. A partir de esto, es posible pensar en los límites y contradicciones de las políticas y modelos de intervención que ignoran las diferencias socialmente existentes y que, cuando no maduran democráticamente, tienden a ser tan peligrosos como la pandemia en sí, ya que se constituyen como mecanismos sutiles y perversos de exclusión.

palabras clave covid-19; Biopolítica; Estudiantes; Mato Grosso do Sul.

Neste ensaio¹ voltamos nossa reflexão para os efeitos sociais da COVID-19 tomando como foco a realidade vivenciada por estudantes de Universidades Federais localizadas no Mato Grosso do Sul: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ao considerarmos que dentre as medidas inicialmente adotadas estiveram a escolha pelo trabalho remoto, por meio de estudos dirigidos, com a utilização de tecnologias digitais, há que se ponderar: em que medida tais iniciativas incidem diretamente no acesso e permanência de estudantes socialmente vulneráveis? Importa dizer que no início da pandemia não houve, por parte do

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ministério da Saúde, ou mesmo do Ministério da Educação², nenhuma orientação direta voltada às atividades nas Universidades federais do país. Nesse sentido, as decisões seguiram os posicionamentos de cada instituição.

Fomos informados pela imprensa local³, no dia 16 de março, que oito Universidades do estado, a partir do dia seguinte, 17 de março, iriam postergar as atividades práticas com os/as estudantes, mas que as teóricas seriam mantidas a distância, como medida de “prevenção ao novo coronavírus”. A UFMS⁴ e a UFGD⁵ emitiram portarias após a divulgação na imprensa, orientando os/as professores/as e estudantes a usarem ferramentas da Educação a Distância (EaD) e Tecnologias de Informação e Comunicação (Moodle, Google Classroom, Google Meet, Skype, Google Hangout, WhatsApp, Facebook, e-mail e outras) para manter tais atividades “sem prejuízo do calendário acadêmico de 2020”.

Contudo, após dois dias, devido a fortes críticas de professores/as e estudantes, a UFGD decidiu publicar outra portaria, suspendendo o calendário acadêmico a partir de 18 de março de 2020 por 30 dias. Até o momento da finalização desse artigo, essa Universidade não retomou as atividades. A UFMS, no entanto, até o momento, recusa suspender o calendário apostando no trabalho remoto e nos estudos dirigidos junto aos/às estudantes. Essa decisão vem enfrentando inúmeras críticas de diferentes cursos e, em especial, da Associação dos Docentes da UFMS (ADUFMS-Sindicato), que protocolou, em 15 de abril, representação junto ao Ministério Público Federal (MPF) requerendo suspensão imediata das atividades acadêmicas, enquanto perdurar a situação de emergência⁶.

As duas instituições estabeleceram Comitês Operacionais de Emergência (COE). No entanto, eles foram criados de forma antidemocrática, uma vez que suas composições não foram geridas a partir da coletividade, ou seja, seus membros foram todos designados pelas reitorias e suas decisões têm sido tomadas sem que sejam tramitadas pelos conselhos universitários e outros espaços consultivos e/ou deliberativos.

Essa forma de conceber a Universidade, tanto no caso da UFMS quanto da UFGD, tem sido uma das marcas do governo Bolsonaro, de modo particular do Ministério da Educação. Vale mencionar, no caso específico da UFGD, a reitoria está a cargo de uma

² Apesar de não ter tido uma orientação sobre suspensão das aulas, no dia 18/04/2020 o então ministro da educação Abraham Weintraub, se posicionou a favor da volta às aulas e afirmou que as Universidades que estão mantendo seu calendário serão premiadas. Esse argumento é lido por nós como uma biopolítica, ao qual trataremos a diante.

³ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/educacao-e-tecnologia/Universidades-adotam-a-partir-de-amanha-aulas-a-distancia-por-30-dias>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

⁴ Portaria n.º 387, de 12 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ufms.br/reitoria-da-ufms-cria-comite-emergencial-para-covid-19/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

⁵ Portaria n.º 200 de 16 de março de 2020 da Reitoria/UFGD. Disponível em: <<https://portal.ufgd.edu.br/secao/coronavirus/deliberacao-do-coe-ufgd>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

⁶ Posteriormente a ação foi indeferida pelo Ministério Público Federal.

interventora ligada ao governo Bolsonaro. A Universidade foi a primeira instituição pública de ensino superior no Brasil a não ter respeitada sua lista tríplice para a indicação de reitor/a.

No que diz respeito à UFMS é possível encontrar, recorrentemente, o discurso institucional de estímulo ao empreendedorismo- que substitui a categoria “trabalhador” por “colaborador” afinal, “somos um time” e a Universidade é defendida pela administração central “como vanguarda”⁷. Para Boaventura de Sousa Santos (2020), que reflete sobre o lugar da Universidade no contexto da pandemia, o capitalismo sujeitou a educação entre outras áreas sociais ao modelo de negócio priorizando o lucro. Além disso, esse modelo empresarial tem produzido não apenas um novo modo de exploração, mas também, e principalmente, uma precarização do trabalho (sem considerarmos ainda o alto grau de adoecimento implicado).

Em ambas as instituições em tela ocorreram reações oficiais em termos de notas públicas e solicitações contra as medidas adotadas. Alguns pontos apresentados nesses documentos de estudantes, professores/as e diretores/as de faculdade merecem destaque e nos ajudarão a estabelecer conexão entre as experiências de estudantes da UFMS e da UFGD. Dentre eles, destacam-se: dificuldade de muitos/as estudantes ao acesso facilitado às redes sociais e às tecnologias de informação; a constatação de que em alguns casos (como os/as estudantes indígenas, quilombolas e do campo) sequer haveria possibilidade de acesso à energia elétrica em suas residências/localidades; muitos estudantes residem em lugares (por exemplo sítios e/ou municípios pequenos) em que não há disponibilidade de meios virtuais/eletrônicos/internet facilitados ou em número suficiente; dada a especificidade de cada curso, há casos em que existe o predomínio de atividades práticas e que não podem ser realizadas de forma virtual; não habilitação ou dificuldade por parte de estudantes e professores/as na utilização de ferramentas digitais; muitos/as estudantes, por terem algum tipo de deficiência, não possuem, em suas residências, estrutura e apoio adequados para a realização de atividades *online*; a preocupação por parte de estudantes inseridos/as dentro do perfil de vulnerabilidade social e que demonstravam receio quanto à incerteza da manutenção de auxílios e benefícios; dentre outros.

O que todas essas pautas e demandas nos ajudam a pensar com relação à pandemia? Talvez, o primeiro aspecto a ser considerado (e quem sabe o mais óbvio) é que o mal-estar e a sensação de insegurança causados pelos desdobramentos da pandemia no Brasil não podem ser devidamente compreendidos apenas em uma chave biomédica e/ou epidemiológica. Ao contrário, quando consideramos que as pautas de reivindicações apresentadas por estudantes e professores/as (estes por meio das direções de faculdade) estão centradas em segmentos cujos perfis físico e/ou socioeconômico remetem a condições de vulnerabilidade social, é possível afirmar que há marcadores de classe e de raça, mas também de deficiência, gênero, sexualidade e escolaridade que não podem ser

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DPDOeUf1w6Rg>. Acesso em: 19 abr. 2020.

menosprezados quando pensamos nas políticas e estratégias de saúde e de enfrentamento à pandemia. Afinal, como nos alerta Paul Preciado, em uma releitura da biopolítica foucaultiana à luz da pandemia da COVID-19, não desconsideremos que “[...] o corpo vivo é o objeto central de toda política[...]” (PRECIADO, 2020, s/p)”. Especificamente com relação a nosso campo de análise, no Brasil, percebe-se a existência de desigualdades produzidas entre pessoas com e sem formação universitária. Nesse sentido, as diferenças salariais entre esses segmentos são significativas, mesmo com o processo de desmonte e sucateamento da educação superior tanto pública quanto privada. Assim, pensando que as medidas adotadas na instância institucional correspondem a uma configuração de classe, a não garantia da permanência na Universidade, no contexto da pandemia, representa também uma forma sutil de desqualificação de certos grupos sociais como aptos ou não a frequentarem e construir a Universidade.

Enquanto tal, a ineficiência das ações institucionais empreendidas parece não ser mero acaso. Podemos tomar por exemplo a existência de uma rede de professores/as que arrecadam dinheiro para comprar alimentos para estudantes da moradia estudantil da UFGD, assim como existem professores/as que têm flexibilizado, a todo custo, as atividades a distância na UFMS para fazer com que estudantes não desistam, aceitando, inclusive, fotos de atividades feitas à mão por WhatsApp para que se mantenham vinculados/as às disciplinas. Outros relatos apontam para a prática de acadêmicos/as que se deslocam para estudar no supermercado a fim de conseguir acessar internet e se comunicar com os/as professores/as e os/as colegas.

Mães estudantes que passaram a conviver em tempo integral com seus/as filhos/as pequenos/as cumprindo medidas de isolamento social em casa devido ao fechamento das creches, têm relatado dificuldades em estudar, assim como jovens homossexuais que, devido sua sexualidade carecem de apoio dos/as familiares e encontram-se desassistidos em relação a uma rede de acolhida bem como de um ambiente universitário apropriado que os favoreçam na dedicação aos estudos.

Em relação a outros grupos como, por exemplo, as pessoas com deficiências e/ou com transtorno global do desenvolvimento, no contexto da COVID-19 “[...] se veem desesperadamente desamparadas em seu direito à assistência [...]” (ALMEIDA, 2020, s/p) dado a situação de vulnerabilidade social ao qual muitos/as se encontram. Nesse sentido, nossa indagação: em que medida alternativas como apenas o trabalho remoto e estudos dirigidos, conseguem lidar com a complexidade e especificidade de uma educação inclusiva? Como desconsiderar, por exemplo, que um número expressivo de alunos com deficiência precisa de um profissional de apoio)? Além disso, se “[...] concebemos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo [...]” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636), há que se ponderar que uma discussão séria e amadurecida sobre deficiência e inclusão não se esgota em um debate sobre uso ou acesso a tecnologias. Afinal, pessoas com deficiência não se reduzem à deficiência.

Considerando que “[...] os vírus não são imbecis, nem possuem preconceitos. Ao contrário, são inclusivos e não respeitam qualquer marcador social de diferença [...]” (MELLO; BAPTISTA, 2020, s/p.), questionamos: que corpos são esses mais vulneráveis à COVID-19? Os mesmos corpos que ocupam as caminhonetes que lotam os estacionamentos tanto da UFMS quanto da UFGD? Certamente não. Nesse aspecto, se faz importante afirmar que certas “alternativas para a crise” são direcionadas aqueles/as aos/às quais suas vidas parecem valer mais que outras (BUTLER, 2015).

A saída institucional da UFMS, no início da pandemia, diante das reclamações de estudantes, que ganharam as redes sociais, foi a publicação de um contraditório edital para que esses/as pudessem se inscrever para usar os laboratórios de informática no período de vigência do isolamento social⁸. O documento foi publicado pouco antes do sistema de transporte urbano de Campo Grande, sede da Cidade Universitária, parar de circular na cidade devido a decisões da Prefeitura Municipal⁹. Posteriormente, foi ampliado o prazo para que estudantes pudessem efetuar o trancamento de disciplinas isoladas, isso revela a transferência de uma responsabilidade que deveria ser institucional para o nível individual, penalizando todos/as aqueles/as que não conseguem se “adequar” às novas exigências.

Assim, as iniciativas institucionais das Universidades, aqui apresentadas, ao estabelecerem (de modo geral de forma unilateral, sem diálogo e sem consulta pública) que a interrupção das aulas presenciais deveria ser mediada por tecnologias de informação visando sua continuidade, parece não compreender que no seu interior comporta grupos que possuem diferenças sociais e econômicas significativas e que isso, conseqüentemente, implica acessos desiguais. Se pensarmos isso em termos de classe, o que não dizer quando consideramos também território?

Vários desses dilemas já se faziam presentes na vida da muitos/as de nossos/as estudantes. O cenário trazido pela COVID-19, no entanto, aprofunda e escancara o mecanismo perverso de um modelo excludente de educação superior. Se, de um lado, o discurso oficial tende a ser o de que os estudos dirigidos e o trabalho remoto são inovadores e flexíveis; de outro, na prática, se ignora que não é possível pensar alternativas eficazes que estejam desvinculadas de uma discussão sobre acesso e condições. Em tempos de crise, as desigualdades, até então dissimuladas no cotidiano, tendem a ganhar o espaço público, mas agora travestidas de políticas de cuidado. Mais uma vez, em cena, a ideia de que as instituições são democráticas e altruístas: “pensamos e cuidamos de todos”. Contudo, ao primeiro sinal de crise, uma resposta de cunho individualizante: “as condições foram criadas, se não consegue o problema é seu”.

Outro aspecto, estreitamente vinculado ao anterior, é que se a COVID-19 mata indiscriminadamente, as políticas/medidas de saúde e quaisquer outras criadas para o

⁸ Edital PROAES/PROGRAD/PROPP UFMS Nº 2, de 20 de março de 2020. <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2020/03/edital-conjunto-laborat%C3%B3rios.pdf>. Acesso em: 19/abr/2020.

⁹ <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/03/20/prefeitura-de-campo-grande-suspende-a-circulacao-do-transporte-coletivo-a-partir-deste-sabado.ghtml>. Acesso em: 19/abr/2020

enfrentamento da crise, ao desconsiderar os atravessamentos de classe, raça, território, deficiência, gênero e sexualidade tendem a ser tão perigosas quanto o vírus ou, no mínimo, tendem a agravar sua periculosidade. Governos e gestores/as se mostram indispostos/as ou incapazes de gerar e produzir apoio/suporte a grupos e populações vulneráveis. Não se revela aí apenas uma incompetência, mas sim o lado perverso de um estado e de instituições virulentas. Não é mero acaso que a estatística apareça novamente, como nos afirma Michel Foucault (2008), como dados do Estado para controle, vigilância e punição da população.¹⁰

É preciso que pensemos as ações das Universidades, bem como suas consequências aos/as estudantes, à luz de um contexto regional bastante marcado pela polarização política, edificada em Mato Grosso do Sul, majoritariamente, pelos grandes produtores rurais do agronegócio e seus tentáculos entre o grande empresariado urbano. Essas pessoas, insistentemente, se manifestam pela retomada da normalidade no sentido de afrouxamento das medidas sanitárias e de distanciamento social. Transitam na contramão do mundo científico, mas ao encontro da visão difundida por algumas das mais altas autoridades da República. O desprezo à ciência, especialmente às humanidades, não é novidade no estado. Os ataques são reiterados. Antropólogos/as indigenistas, por exemplo, têm sido alvos constantes de desqualificações e perseguições.

O que é repetido por aqueles/as que conseguiram fortuna sem contribuição imediata do conhecimento científico, mas por meio do domínio tradicional da técnica e outros processos, algumas vezes, pouco republicanos, é que uma boa vida se consegue pela competência individual, pelo mérito pessoal, uma vez que as oportunidades seriam dadas de forma igual a todos/as. Contudo, isso não ocorre em um estado profundamente desigual como Mato Grosso do Sul, onde a riqueza está concentrada em uma parcela ínfima da população e a pobreza está, fartamente, distribuída. “Seguir a vida normal”, apesar de uma pandemia, com os/as pobres e a baixa-classe média trabalhando, não apenas assegura a manutenção da roda da economia do país funcionando, mas garante que a riqueza das elites sul-mato-grossenses não será abalada, ainda que a vida dos/as trabalhadores/as seja o pedágio à suposta normalidade. Isso não é nada diferente da história da constituição desse estado, erguido sobre sangue pobre, indígena e preto. A pandemia agrava ainda mais a distinção de classe.

Além disso, ao levarmos em consideração o marcador território e problematizarmos o matiz agro-rural de Mato Grosso do Sul e suas implicações no modo de gerar o enfrentamento à pandemia, queremos enfatizar também uma forma de funcionamento que está longe de ser recente (MILAN, 2019; OLIVEIRA; ARAUJO, 2020). Antes, há que se evidenciar o viés autoritário e violento de um estado que traz em sua

¹⁰ Como exemplo de tais discursos temos o proferido por “grandes” empresários, ver as notícias: <<https://www.hypeness.com.br/2020/03/covid-19-falas-de-dono-do-madero-e-roberto-justus-mostram-desprezo-aos-idosos/>> e <<https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/justus-em-video-15-mil-mortos-e-numero-muito-pequeno/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

história o mito do pioneiro sulista e cuja característica principal é o discurso de ódio e exclusão a minorias, sejam elas raciais, étnicas ou mesmo sexuais (MILAN, 2019; OLIVEIRA; ARAUJO, 2020). Em um país que produz e reitera, por meio do capital midiático, a imagem de que o “agro é tech, o agro pop” e em um estado como Mato Grosso do Sul, um dos grandes pilares do agronegócio brasileiro, as desigualdades de ordem social e econômica tendem a ser minoradas. Nesse enquadre, pobres, indígenas e estrangeiros/as – “os/as de fora” –, não podendo e não querendo participar do gozo sádico da agroindústria, se constituem como uma existência indigesta e indesejada.

Desse modo, se, em um contexto pandêmico, a desigualdade de acessos a bens de consumo essenciais tende a ser acentuada em escala global, em um cenário agro-rural, como em Mato Grosso do Sul, a concentração de privilégios e o viés autoritário tendem a tornar o cenário ainda mais avassalador. Assim, enquanto um microcosmo das relações de desigualdade e exclusão do contexto macro que a enreda, a Universidade tende a estar atravessada pelos mesmos mecanismos de estigmatização e exclusão, mas com um detalhe importante: se, no cotidiano, essas desigualdades são dissimuladas, no contexto de exceção pandêmica tendem a se tornar descaradas e ainda mais perigosas. Não seria essa a base de sustentação do discurso daqueles/as que defendem, de forma taxativa, a continuidade das atividades, de forma *online*, para que “sua formatura não seja prejudicada”? Ou de um discurso que afirma que “os/as alunos/as, com dificuldade de acesso ou com alguma limitação, caso desejem, podem trancar o curso e retornar pós-pandemia”? Se na primeira pergunta é possível observar, com clareza, o individualismo de quem não está preocupado com a situação do outro, na segunda, ainda mais grave, como dissemos anteriormente, há o desvelamento de um posicionamento institucional que tende a responsabilizar o sujeito pelo “seu próprio fracasso”.

Pensamos que, por mais necropolítica que a pandemia da COVID-19 possa ser, ela apresenta uma dimensão que não pode ser menosprezada: a da instabilidade. Se, por um lado, há a reiteração das desigualdades – com relação às condições de acesso de estudantes – por outro (e ao mesmo tempo) a pandemia vem desestabilizar nossas certezas de segurança e privilégio sustentadas em classe (dentre outros marcadores).

Historicamente, no Brasil, as grandes epidemias são “problemas de pobre” (malária, dengue, zika etc.), mesmo a COVID-19, trazida ao país por pessoas pertencentes às camadas abastadas, não se constitui fora desse enquadre. Nesse sentido, existe uma dimensão de temporalidade que diz respeito às diferentes possibilidades de lidar com a pandemia. Em outros termos, se um “antes” incluiria pessoas de forma genérica, as estratégias como se responde ao “durante” podem ser condicionadas a alguns marcadores de forma substantiva.

Portanto, grupos de classe média podem ter condições de habitação que permitam a adoção de medidas de distanciamento social; elites locais podem custear o transporte de parentes para centros médicos com melhor infraestrutura ou ter acesso a tecnologias de testagem, enquanto jovens negros/as da periferia e mulheres pobres terão que negociar a

exposição a experiências de risco em funções precarizadas e desassistidas pela legislação trabalhista. É sintomático, nesse sentido, que ainda que o primeiro caso notificado no país fosse de um homem de classe média alta paulistana, a primeira morte tenha sido de um porteiro.

Por fim, se em um regime biopolítico, o “fazer viver, deixar morrer” era, até então, destinado a determinados corpos, inaugura-se, em um regime pandêmico covidiano-19, uma biopolítica que, ancorada na insegurança e incerteza generalizadas, faz com que o viver já não seja tão certo e que o morrer, talvez, seja nossa única possibilidade - ainda quando o discurso se mostra como sendo sempre pela vida, pelo bem da população, pelo direito à educação. A partir disso, é possível pensar sobre os limites e contradições de políticas e modelos de intervenção que desconsideram diferenças socialmente existentes e que, quando não democraticamente amadurecidas, e prefiguram mecanismos sutis e perversos de exclusão para estudantes atravessados/as por diversos marcadores sociais da diferença.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Luciana Alves Drumond. (2020) *Pobreza, pessoas com deficiência e a COVID 19*. Disponível em: <<https://analisecovid19.org/2020/04/18/pobreza-pessoas-com-deficiencia-e-a-covid-19/>>. Acesso em 22 abr. 2020.
- BUTLER, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, Michel. (2008). *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- MBEMBE, Achille. 2016. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151.
- MELLO, Luiz; BAPTISTA, Jean. (2020). #SomosTodasVelhos: notas sobre grupo de risco em tempos de pandemia. *Memóriaslgbt* Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/07/somostodasvelhos/>>. Acesso: 21-abr- 2020.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. (2012). “Gênero e deficiência: interseções e perspectivas”. *Estudos Feministas*, vol.20, n.3. Florianópolis: UFSC, p.635-655.
- MILAN, Ezequias Freire. (2019). *Dos “professores de verdade” às “crianças laudadas” do condomínio que ninguém entra: Etnografia em espaços reprodutores de práticas necropolíticas e de (re)existência em Dourados/MS*. 2019. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados/PPGAnt.
- OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAUJO, Joalisson Oliveira. (2020). “Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul (MS)”. *Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade*, v. 7. Campo Grande: UFMS, p.295-306.

PRECIADO, Paul. B. (2020). Aprendendo do vírus. *Edições n-1*. Disponível em: <<https://n1edicoes.org/007>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.

sobre os autores

Esmael Alves de Oliveira

Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado em Antropologia Social e bacharelado em Filosofia, ambos pela Universidade Federal do Amazonas.

Guilherme Rodrigues Passamani

Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, bacharel em Ciências Sociais e História e mestrado em Integração Latino-Americana, ambos pela Universidade Federal de Santa Maria.

Marcelo Victor da Rosa

Possui graduação e mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa e doutorado em Educação na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2016). Atualmente é professor adjunto 3 da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Tiago Duque

É professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Fez bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais (2005) e bacharelado em Ciências Religiosas (1999) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas

Recebido em 25/04/2020

Aceito para publicação em 20/07/2020